

POLÍTICAS INDÍGENAS E INDIGENISTAS NOS DOMÍNIOS DO NORTE: LIDERANÇAS INDÍGENAS, COLONOS IBÉRICOS E HOLANDESES NAS FRONTEIRAS COLONIAIS DO NOVO MUNDO (1637-1644)¹

INDIGENOUS AND INDIGENISTAS POLITICS IN NORTHERN DOMAINS: INDIGENOUS LEADERS, IBERIAN AND DUTCH COLONIES IN THE COLONIAL BORDERS OF THE NEW WORLD (1637-1644)

Fernando Roque Fernandes²

RESUMO:

Este texto apresenta elementos para se pensar processos complexos que apontam para atividades de caráter geopolítico-militar, mas também para a conformação daquilo que se passou a denominar, a partir do século XVII, de Estado do Maranhão (1621-1652) ou, como foi denominado pela historiografia: Amazônia Portuguesa. Para tanto, evocamos uma série de acontecimentos que consideramos fundamentais para se compreender os processos que informam diferentes relações envolvendo povos indígenas, portugueses, espanhóis e holandeses na delimitação de novas e, permanentemente móveis, fronteiras coloniais daquele período. Este espaço, o qual consideramos denominar também de “Domínios do Norte”, foi palco de particulares protagonismos, especialmente indígenas. Evocamos informações de determinadas fontes. Em especial do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas holandesas e bibliografia histórica para dar conta dos processos que evidenciam políticas indígenas e indigenistas naqueles anos da presença holandesa na região.

PALAVRAS-CHAVES: Domínios do Norte; Protagonismo Indígena; Portugueses; Espanhóis; Holandeses.

ABSTRACT:

This text presents elements for thinking about complex processes that point to geopolitical-economic-military activities, but also, for the conformation of what has come to be called, from the seventeenth century, the State of Maranhão (1621- 1652) or, as it was called by historiography, the Portuguese Amazon. To do so, we have evoked a series of events that we consider fundamental to understand the processes that inform different relations involving indigenous, Portuguese, Spanish and Dutch peoples in the delimitation of new and permanently mobile colonial frontiers of that period. The space we call "Domains of the North", was the scene of particular protagonisms, especially indigenous. We collected information from certain sources from that period, especially the Overseas Historical Archive, Dutch letters and specialized bibliography to explain the processes that evidence indigenous and indigenist policies in those years of the Dutch presence in the region.

KEYWORDS: Northern Domains; Indigenous Protagonism; Portuguese; Spanish; Dutchmen.

¹ O presente texto é parte das reflexões apresentadas no I Encontro Estadual de História da Anpuh – Roraima, realizado entre os dias 01 e 04 de outubro de 2018, na Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista/RR. É também parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em nível de mestrado, entre os anos de 2013 e 2015. A presente proposta contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o Código de Financiamento 001 e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFGPA).

² Doutorando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará - UFGPA.



INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é apresentar uma pequena contribuição sobre as políticas indígenas e indigenistas coloniais, ocorridas em meados do século XVII. Nesse sentido, procuramos apresentar certos eventos ocorridos naquele período para possibilitar uma reflexão sobre certas alianças e conflitos desenvolvidos entre povos indígenas e nações europeias no contexto do primeiro século das (re)conquistas no Novo Mundo.

Para tanto, nos apropriamos das análises de Almir Diniz de Carvalho Júnior (2017), o qual observou que as lideranças indígenas, desde a época dos primeiros contatos com os empreendimentos da colonização na Amazônia, foram se constituindo no calor das batalhas em importantes conexões entre os invasores europeus e as diversas etnias nativas dos Domínios do Norte. Tal espaço, denominado à época de Estado do Maranhão (1621-1652) era, então, constituído pela Capitania Real do Ceará e pelas capitanias do Maranhão e Grão-Pará (Hemming, 2007, p. 321).

Nesse sentido, evidenciar as agências indígenas de caráter político-militares empreendidas pelas lideranças indígenas, se constitui em importante elemento para se pensar a historicidade dos protagonismos (resistências e agências) desenvolvidos por inumeráveis sujeitos e coletivos indígenas ao longo da história da região. Assim, procuramos apresentar breves relatos dos eventos relacionados à atuação holandesa e certas alianças e conflitos, ocorridos entre os anos 1637 e 1644 no Estado do Maranhão sem, contudo, desmerecer o papel estratégico de atores sociais indígenas que empreenderam diferentes relações com portugueses e holandeses, a fim de se apresentarem como construtores daquele incipiente projeto de Novo Mundo.

Outra questão foi que em meados do século XVII, especialmente a partir da Restauração Portuguesa, muitas lideranças indígenas passaram a receber honras e mercês (Carvalho Júnior, 2017). Especialmente, por conta dos serviços prestados na guerra contra seus antigos aliados holandeses (Fernandes, 2015). Desse modo, propomos uma alternativa de análise que possibilite ao leitor deslizar pelos meandros de algumas estratégias de sobrevivência (táticas, conforme Certeau, 2014) e construção de novas alternativas de paz e/ou de guerra desenvolvidas por alguns protagonistas indígenas desde os primeiros anos da colonização nos domínios indígenas e europeus, desde o Ceará até o Cabo do Norte.

Enfim, procuramos apresentar alguns elementos para se refletir sobre o papel desempenhado por algumas lideranças indígenas nas conquistas do Ceará; de São Luís, capital do Estado do Maranhão e retomada de São Luís e Ceará. Entendemos que tais lideranças



indígenas, no desenrolar das (re)conquistas, entre alianças e conflitos com as bandeiras portuguesa e holandesa, desenvolveram particulares estratégias de sobrevivência.

Lideranças Indígenas e a conquista da Capitania Real do Ceará

Em carta datada de 25 de agosto de 1637, o Conselho Supremo do Brasil holandês, estabelecido em Pernambuco entre os anos de 1630 e 1654, remetia importantes informações de caráter político-militar aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (West-Indische Compagnie – WIC [1621-1791]). Esta companhia marítimo-comercial holandesa, conforme indicações de Mário Martins Meireles (1991, p. 21), havia sido oficializada a partir da Carta-patente de 3 de junho de 1621, assinada pelo Conselho dos XIX da Holanda, grupo executivo que a comandava desde a Europa.

A WIC não era nada menos que uma importante ferramenta utilizada pelos holandeses para consolidar suas pretensões econômicas, especialmente na Costa Atlântica Africana e no Novo Mundo. Para Meireles (1991), a criação da WIC foi em termos burocráticos a oficialização de práticas comerciais já desenvolvidas pelos holandeses desde o início do século XVII. No caso amazônico, Lodwijka Hulsman (2012), apontou que o comércio desenvolvido entre holandeses e os indígenas da região do Delta Amazônico já ocorria em larga escala, inclusive através da instalação de feitorias ao longo da desembocadura do *Rio de las Amazonas*³ desde, pelo menos, fins do século XVI, especialmente na região da atual costa litorânea do Estado do Amapá, a qual, na época em que se debruça esta pesquisa (1637) foi denominada de Donataria do Cabo do Norte e concedida, ainda por Filipe IV da Espanha e III de Portugal, a Bento Maciel Parente, governador do Estado do Maranhão a época da invasão holandesa.

O conteúdo da referida carta dizia respeito a valiosas informações sobre a Capitania Real do Ceará, seus habitantes e de como seria possível tomar a dita capitania. O que nos chama a atenção em seu conteúdo é a notícia de que haviam chegado à Recife, capital do domínio holandês no Estado do Brasil, duas lideranças indígenas da Capitania Real do Ceará e que estes faziam parte de um grupo maior de lideranças composto por cerca de 40 chefes indígenas que aguardavam as deliberações a partir da Capitania do Rio Grande, atualmente, região mais ou menos constituída pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Conforme o teor da correspondência, essas lideranças indígenas haviam declarado guerra aos portugueses guarnecidos naquela capitania. Desse modo, haviam sido enviados por sua liderança principal para pedir aos holandeses de Recife que lhes auxiliassem no empreendimento de uma

³ “*Rio de las Amazonas*” foi a forma gráfica com que ficou conhecido o Rio Amazonas entre os séculos XVI e XVII. Ao longo da viagem de Francisco de Orellana pelo grande rio, ocorrida entre os anos de 1540 e 1542, teria ocorrido um embate com índias guerreiras que foram associadas às amazonas gregas. Apesar da tentativa de atribuir o nome ao conquistador espanhol (Rio de Orellana), ganhou fama o nome provindo da lenda como pode ser comprovado pela Cartografia Quinhentista. Para saber um pouco mais acerca das representações sobre o Rio Amazonas conferir: (RABELO, 2015, p. 82-89).



contundente investida militar contra o Forte da Barra do Ceará, o qual estava guarnecido pelos portugueses. Assim, para tal investida, contavam com o auxílio dos holandeses e a assistência de todos os índios que habitavam no Ceará e nas suas vizinhanças. Enfim, os indígenas sugeriam uma aliança militar com os holandeses e lhes ofereciam a posse do Forte da Barra do Ceará quando de sua conquista. O acordo apontava os holandeses como novos aliados das lideranças indígenas naqueles domínios.⁴

Ainda de acordo com o conteúdo desta carta, a justificativa dos índios para tal sugestão, baseava-se no fato de que eles queriam expulsar os portugueses e fazer dos holandeses senhores daquela região. Para que os holandeses ficassem mais entusiasmados com a ideia, as lideranças indígenas declaravam que no Ceará havia belas salinas que poderiam dar muito sal, bem como se encontraria também, muito âmbar e algodão.⁵ Em troca do acesso aos produtos locais, aquelas lideranças indígenas apenas solicitavam o acesso aos bens trazidos pelos holandeses, tais como: tesouras, fações, armas de fogo, machados, miçangas e tudo o mais que lhes pudessem prover de manufaturas europeias.

Ainda que os holandeses estivessem bem dispostos a aceitar o convite das lideranças indígenas do Ceará, não o poderiam naquela ocasião por não terem o contingente militar necessário para tal empreitada. Por esta razão aparente e talvez pelo receio de uma armadilha daquelas lideranças, os holandeses passaram a agradecer aqueles indígenas com presentes. Desse modo, os holandeses acreditavam que seria possível descobrir mais informações sobre a Capitania Real do Ceará e as iniciativas apresentadas por aquelas lideranças.

Enfim, convencidos da aliança sugerida pelas lideranças indígenas do Ceará e vendo os holandeses que levariam algum tempo para reunir uma armada suficiente para a missão, sem prejuízo da defesa de Recife, solicitaram aos dois índios que voltassem para a capitania do Rio Grande e aguardassem a frota que seria enviada para a conquista do Ceará, o que os índios de prontidão o fizeram. Porém, passadas algumas semanas e percebendo, esses índios, que a frota holandesa demorava, passaram novamente à Recife. Nesta ocasião, levaram consigo a todos os indígenas e o seu principal, renovando instantaneamente o mesmo pedido e reafirmando que esta empreitada poderia ser feita com pouca gente e que os lucros que adviriam do âmbar, tais como algodão, tintas e outros produtos que poderiam ser adquiridos no Ceará, eles compensariam as despesas. Como última possibilidade e já cansados das suspeitas dos holandeses, as lideranças indígenas sugeriram aos holandeses que se não pudessem expedir tropas para invadir o Ceará, que proovessem as próprias lideranças indígenas de todas as armas de mão, pólvora e chumbo que pudessem, pois estes queriam entregar-lhes o Forte da dita capitania.⁶

⁴ Carta do Conselho Supremo do Brasil aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Cf. J. H. Duarte Pereira. "Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge". In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 58, Vol. I. Rio de Janeiro, 1895, p. 263-264.

⁵ Idem.

⁶ Atas ou Registros Diários das Resoluções do Conselho Supremo do Brasil e dos Principais Acontecimentos da Colônia. Este registro contém informações sobre os índios que viajaram do Ceará à Recife, com a diferença de



De acordo com Brigido (1900, p. 14), fora por conta desta ocasião que o Supremo Conselho do Brasil resolveu mandar de Recife, no dia 14 de outubro de 1637, os hiates *Brack e Camphaen*, com cento e vinte e seis soldados holandeses e vinte e cinco índios do Ceará, sob o comando do Major Joris Gartsman. Fora assim que os holandeses deram o primeiro passo no processo de conquista do Estado do Maranhão.

De acordo com o frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres (1981, p. 54), na noite de 25 de outubro, antes de alcançar a Fortaleza do Ceará, os holandeses teriam se reunido na região do Mucuripe, já naquela capitania, com mais de trezentos índios que estavam submetidos ao mando da liderança indígena conhecida como Amaniú.⁷ De acordo com frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, a guarnição holandesa que invadiu a Fortaleza do Ceará contava com um total de trezentos e quarenta soldados holandeses e seiscentos índios, distribuídos em duas naus, e por terra. No dia 28 de outubro deste mesmo ano, após nove horas de investidas que culminariam na morte de oito ou nove soldados portugueses e outros feridos⁸, os holandeses tomaram o Forte de Nossa Senhora do Amparo que estava guarnecido com apenas trinta e dois soldados comandados pelo tenente português Bartolomeu de Brito.⁹

O caso que hora verificamos, demonstra o quanto os índios do Estado do Maranhão poderiam desenvolver políticas indígenas articulando-se com as nações europeias para alcançar objetivos próprios. Esse tipo de iniciativa por parte de algumas lideranças e seus liderados que desejavam aliar-se aos holandeses não era algo que deveria ser tomado com surpresa. No relatório enviado aos Estados Gerais, datado de 8 de março de 1637, o Comandante Geral do Exército Holandês, Conde Maurício de Nassau (que havia chegado à Recife no dia 23 de janeiro de 1637) comentava que “os índios vinham diariamente submeter-se em massa, e prometer obediência a Vossos Altos Poderes”.¹⁰ Em carta do Tenente holandês Hendrick van Ham, datada de 13 de janeiro de 1642, as informações eram de que o Principal Algodão e os índios sob seu comando guiaram os holandeses até o litoral e os ajudaram a atacar o forte, mas quando este foi tomado “os índios queriam matar a todos [os defensores do Forte, que eram portugueses], e não

alguns detalhes sobre o mesmo assunto. Cf. J. H. Duarte Pereira. “Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 58, Vol. I. Rio de Janeiro, 1895, p. 264.

⁷ Dos principais índios aliados aos holandeses na conquista do Ceará, aquele que mais se destacou, ou pelo menos de que se fez menção nas fontes coloniais, foi o Principal Diogo Algodão, potiguar que comandara muitos outros índios do Ceará e alguns outros que se dirigiram à presença dos holandeses fugindo da opressão portuguesa. Ao que parece, este Principal de nome Amaniú, é o mesmo Principal chamado de Algodão. De acordo com John Hemming (2007, p. 422), este cacique potiguar chamava-se Algodão, possivelmente porque seu nome, em Tupi, significava algodão.

⁸ Há divergência nas fontes sobre o número de portugueses mortos neste conflito.

⁹ De acordo com Meireles (1991, p. 76), o nome do Forte invadido pelos holandeses seria Forte de São Sebastião, que posteriormente foi chamado pelos holandeses de Forte de Schonenberg e não Forte de Nossa Senhora do Amparo. Observou também que, de acordo com Gaspar Barlaeus, a conquista da Capitania Real do Ceará pelos holandeses teria acontecido no dia 20 de outubro e não no dia 28, conforme havia observado J. Brigido (1900, p. 14).

¹⁰ Relatório sobre as condições estratégicas holandesas no Brasil – 8 de março de 1637. In GOUVÊA, Fernando da Cruz. Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondências com os Estados Gerais. 2ª ed. – Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2006, p. 44.



foi fácil impedir que o fizessem”.¹¹ Sobre este evento, também confirma o comandante do Forte do Ceará Gedeon Morris que participou da tomada do Ceará, em 1637.¹²

No dia 11 de novembro de 1637, Gartsman retornou para a cidade de Recife. Ao deixar a capitania do Ceará, levou consigo os portugueses que haviam sido presos na tomada do forte, cinquenta e oito marinheiros, vinte e cinco índios que com ele vieram de Pernambuco e vinte e cinco dos principais índios que passaram ao seu comando no Ceará.¹³ Nessa ocasião, estes índios aproveitaram para comunicar ao Conde Maurício de Nassau as práticas que eram desenvolvidas pelos portugueses no trato com muitos dos índios que haviam no Estado do Maranhão. O Tenente Hendrick van Ham ficou no Ceará comandando quarenta e cinco soldados holandeses e seiscentos índios que ficaram responsáveis pela defesa do Forte de São Sebastião da Barra. Em 23 de novembro de 1640, chegava aquele forte o substituto de Hendrick van Ham, comandante Gedeon Morris de Jonge, ficando no governo do Ceará naquela ocasião (BRIGIDO, 1900, p. 15).

As lideranças indígenas do Ceará e a política indigenista holandesa

Em carta de 13 de janeiro de 1638 enviada aos diretores da WIC, Gedeon Morris dava notícias do êxito da expedição que havia saído de Recife para tomar o Ceará. Sobre os índios que habitavam naquelas paragens, o comandante holandês observou que havia várias aldeias de tupis e tapuias, aos quais, na primeira oportunidade enviaria “faquinhas de ferro, tesourinhas, espelinhos, corais, etc., para que assim, pudesse obter alguns artigos, âmbar” e a amizade das lideranças indígenas.¹⁴ Hemming (2007) observou que “os mais aterrorizantes entre todos os auxiliares indígenas dos holandeses foram os tapuias”.¹⁵

Conforme indicado por Hemming (2007, p. 432), inicialmente, muitos indígenas se aliaram aos holandeses por entender que estes representavam males menores e que eram os únicos capazes de expulsar os portugueses. Já os holandeses estavam decididos, a princípio, a ficarem em paz com os índios, mesmo quando ficaram decepcionados ao perceber a apatia dos

¹¹ Carta do Tenente van Ham de 13 de janeiro de 1642. (RHGB - Tomo 58, Parte 1, 1895, p. 267).

¹² Conta Gedeon Morris que os índios, já rendido o Forte, queriam matar a todos os holandeses, tomando-os dos soldados e oficiais, e que foi necessário empregar a força para salvá-los. Carta de Gedeon Morris aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Cf. “Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 58, Vol. I. Rio de Janeiro, 1895, p. 266.

¹³ Provavelmente esses vinte e cinco índios que viajaram com o Major holandês Joris Gartsman, sejam os mesmos mencionados por Meireles quando faz menção à uma embaixada de índios que havia ido até à presença do Conde de Nassau para desenvolver alianças contra os portugueses (MEIRELES, 1991, p. 76).

¹⁴ Carta de Gedeon Morris aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Cf. J. H. Duarte Pereira. “Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 58, Vol. I. Rio de Janeiro, 1895, p. 267.

¹⁵ De acordo com Hemming, “tapuia” era o termo tupi empregado para as tribos que falavam outras línguas. Refere-se às tribos do interior, a maioria delas de fala jê, ou as que foram expulsas para o interior quando os tupis ocuparam a costa atlântica. Cf. (HEMMING, 2007, p. 437).



nativos em relação à civilização holandesa. Pelo menos a princípio, as relações desenvolvidas entre holandeses e índios foram intensas e temperadas com diversas alianças estabelecidas com a finalidade de recrutar os índios para o exército batavo. Entretanto, Hemming (2007, p. 425) observou posteriormente que, apesar das influências liberais e humanísticas, os holandeses acabariam administrando os índios quase da mesma forma que os antigos senhores deles. “Deixaram-nos em aldeias sujeitos aos seus próprios caciques, mas também designaram para cada aldeia um comandante holandês”.

A importância dada ao contingente indígena existente no Maranhão era uma constante para os holandeses. De acordo com Alírio Cardozo (2008), o cronista francês Pierre Moreau, ao escrever sobre os conflitos entre portugueses e holandeses na década de 1640, afirmava que os holandeses ao tomarem conhecimento dos problemas resultantes do cativeiro indígena empreendido pelos portugueses, logo perceberam a possibilidade de aumentar o contingente de índios aliados. Assim, os holandeses passaram então a espalhar rapidamente a notícia da proibição de se cativar indígenas sob pena de morte àqueles que não obedecessem às ordens de Maurício de Nassau. Do ponto de vista comercial, o contingente indígena existente nessas paragens poderia, num futuro próximo, tornar-se fundamental ao desenvolvimento comercial. Conforme observou Cardoso (2008), pelo menos a princípio, o serviço dos índios ganhava um *status* diferenciado se comparado à escravidão africana.

Para Mário Neme (1971, p. 180), antes mesmo da tomada de Pernambuco em 1630, os diretores da WIC já haviam estabelecido que a liberdade dos índios deveria ser respeitada. Havia um *Regimento de 1629*, que teria sido reafirmado nas *Instruções de 1636* em que constava que os índios deveriam ser deixados em liberdade e que, de modo algum, deveriam ser escravizados.¹⁶ Ainda de acordo com Neme (1971), Gonsalves de Mello Neto (1947, p. 241) ainda acrescentaria que, por várias vezes, esse reconhecimento sobre a liberdade dos índios haveria de ser reafirmado. Em outros momentos, os diretores do Conselho Supremo da Holanda haveriam de se manifestar para reparar os abusos cometidos contra a liberdade dos índios. Abusos estes cometidos pelas próprias autoridades holandesas na Colônia, ou com a anuência delas.

Conforme observou Neme (1971, p. 180) as declarações holandesas sobre a liberdade dos índios havia partido das iniciativas dos Diretores da WIC antes dos sucessos em Pernambuco e não das iniciativas tomadas pelo Conde de Nassau, quando da sua chegada ao

¹⁶ De acordo com Mário Neme (1971, p. 180), o Regimento de 1629 e as Instruções de 1636 foram publicadas nas “Atas do Sínodo de Pernambuco” na edição espacial de 1915 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. I, p. 748. Ainda não tivemos acesso à bibliografia.



Brasil em 1637, “como em geral se acredita”. Além disso, é importante perceber que assim como no aspecto da colonização portuguesa, no estado do Maranhão, também havia certa disparidade entre a norma e a prática das políticas indigenistas holandesas relacionadas ao trato com os índios, principalmente no que se referia à liberdade destes últimos.

Ainda a partir das observações de Mário Neme (1971), haveríamos de considerar que os holandeses criariam duas espécies de aldeamentos: aqueles governados por capitães, em que suas principais atribuições se relacionavam a “animar os índios para o trabalho e dirigi-los na melhoria das plantações e conceder-lhes permissão para trabalhar para senhores de engenho”, sempre verificando que não fossem “vítimas” de engano e administrando o pagamento de seus salários, onde também os abusos aconteciam por parte dos próprios capitães e, por outro lado, as aldeias que contavam com o apoio de pastores protestante, estas em menor número. Alguns índios preferiam morar nas aldeias em que havia pastores, “mas muitos não ousavam fazê-lo por medo da retaliação de seus capitães” (NEME, 1971, p. 180).

Entretanto, havia ainda um terceiro tipo de aldeia criada pelos próprios índios em que tupis aldeados e tapuias que estavam localizados mais à distância dos núcleos coloniais, eram os principais responsáveis pela manutenção de suas aldeias. Nesses lugares, os índios trabalhavam no provimento da própria subsistência, recebendo das autoridades holandesas somente alguns objetos, em ocasiões especiais, à título de presentes para manter os ânimos apaziguados. Essas últimas aldeias, ao que parece, eram formadas por índios que eram mais inquietos, como os tapuias, ou que pareciam criar um certo descontentamento com a situação de conflito entre portugueses e holandeses. Neme (1971), assim como Hemming (2007), observaram que a situação dos índios administrados pelo Estado holandês não diferenciava muito das condições em que se encontravam, quando outrora administrados pelos portugueses.

Em carta enviada à Câmara de Zelândia, no dia 7 de abril de 1642, quando se achava ainda em São Luís do Maranhão, Gedeon Morris iniciava uma polêmica discussão sobre o cativo indígena. Questionava o Governo holandês sobre se seria permitido comprar e vender os índios, assim como o faziam com os negros, já que os índios eram considerados livres. Ao questionar sobre tal atitude, aproveitava para deixar claro que a seu ver não somente era muito proveitoso à WIC cativar os índios, como também seria tomado como um ato cristão a tolerância deste tal comércio no Estado do Maranhão. As ressalvas de Gedeon Morris eram de que não se abusasse de tal comércio, o qual só deveria ser feito quando os cativos tivessem sido resgatados de grupos indígenas que os poderiam devorar. Nesse sentido, o tráfico deveria ser



permitido para que houvesse a conservação da vida dos tais índios.¹⁷ Ao que parece, esse tipo de prática se assemelha aos *resgates* empreendidos pelos portugueses durante todo o período colonial na região amazônica.

Os holandeses criariam ainda diversas outras estratégias para convencer os índios a se aliarem a eles. O grande desafio, no entanto, seria fazer com que os nativos se convencessem de que havia muitas vantagens à espera daqueles que se aliassem aos holandeses. Mesmo fazendo o possível para manter a paz com os índios ficaria evidente que os índios não queriam ser governados nem por portugueses, nem por holandeses, senão apenas por suas próprias lideranças indígenas.

A conquista de São Luís, capital dos Domínios do Norte

Em 1640, alguns acontecimentos mudaram a velocidade com que as conquistas holandesas no litoral nordestino até então haviam sido encaminhadas. Apesar de suas várias conquistas sobre os territórios portugueses nos anos anteriores e do significativo avanço destes em direção à São Luís, as notícias da restauração do trono português, ocorrida no dia primeiro de dezembro de 1640, e a ascensão da dinastia de Bragança, somaram-se ao *Acordo de Trégua* assinado pelos embaixadores de Portugal e Holanda em 12 de junho de 1641.

Com a *restauração* da autonomia portuguesa, foi assinado um acordo de trégua entre Portugal e Holanda com validade de 10 anos. A finalidade deste acordo era permitir o tempo necessário para apurar os casos relacionados às invasões holandesas nas possessões lusas na América e África. Apesar de ter sido assinado pelos embaixadores das duas nações no dia 12 de junho de 1641, a cláusula oitava do acordo previa que somente após a confirmação das máximas autoridades das duas nações era que se poderia tomar este acordo como oficial. Portugal só haveria de ratificá-lo no dia 18 de setembro de 1641.

Enquanto isso o Conselho dos XIX da Holanda, enviaria ordens ao Conde Maurício de Nassau para que continuasse a empreender o avanço das tropas holandesas, assim, poderiam conseguir a maior extensão territorial possível às vésperas da oficialização do acordo. Obviamente as notícias sobre a retificação demorariam alguns meses para chegar à São Luís. As únicas ordens recebidas por Bento Maciel Parente, então governador do Estado do Maranhão, eram de que a partir de maio de 1641 os holandeses não mais deveriam ser

¹⁷ Carta de Gedeon Morris ao Supremo Conselho da Holanda, sobre o contingente indígena a ser utilizado como mão de obra no Maranhão. J. H. Duarte Pereira. “Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 58, Vol. I. Rio de Janeiro, 1895, p. 292.



considerados inimigos dos portugueses. De acordo com Hemming (2007, p. 442), os holandeses viram a *restauração* de Portugal como algo positivo, pois entendiam que os portugueses estariam fracos demais para lutar sozinhos contra a Holanda. O Conde Maurício de Nassau chegou a fazer uma grande festa em Recife para “comemorar a *restauração*” (Neme, 1971, p. 185).

Tomando como pretexto o que se prescrevia na cláusula oitava do acordo de trégua, os holandeses trataram de expandir ao máximo suas áreas de influência. Portugal ratificaria o tratado apenas em 18 de novembro de 1641, somente uma semana antes do assalto à São Luís. Isto impossibilitou que as notícias sobre a trégua entre as duas nações chegasse ao Estado do Maranhão a tempo de reverter a situação concernente à invasão holandesa naquele Estado. Por outro lado, a Holanda só ratificaria o acordo após a confirmação da tomada de São Luís, o que fez em cartas enviadas ao Conde de Nassau, datadas de 22 de fevereiro e 15 de março de 1642 (Meireles, 1991, p. 72).

Parte de uma estratégia expansionista que também soava como oportunista, os holandeses acrescentariam à agenda de conquistas, a consolidação de sua influência no Estado do Maranhão e empreenderiam sua hegemonia nessas paragens a partir da conquista da Capital. No dia 22 de novembro de 1641, Bento Maciel Parente teria notícias por dois índios da região do Peria sobre a passagem por suas praias de uma grande frota que rumava para São Luís (Berredo, 1905, p. 6). Nesta ocasião, o Governador enviou o capitão Francisco Coelho de Carvalho, o sardo, comandante do Forte de São Filipe para fazer o reconhecimento daquela situação.

Ao tomar notícias de que a dita frota era de origem holandesa e também porque já havia sido comunicado por Lisboa, através de seu sobrinho Pedro Maciel, ainda no mês de maio, de que não deveria considerar os holandeses como inimigos,¹⁸ Bento Maciel Parente não exaltou seus ânimos pela iminência daquelas notícias. De acordo com o padre José de Moraes (1860, p. 145), o que somente parece ter feito o dito Governador, na ocasião, foi dividir a guarnição da capital, que já era insuficiente, em três partes: deixando uma no Forte de São Filipe, outra de prontidão na bateria da Praia Grande, que na primeira oportunidade recuaria para a Praça das

¹⁸ Conta Berredo (1905, p. 3) que, Pedro Maciel, sobrinho de Bento Maciel Parente, havia chegado de Lisboa no mês de maio de 1641. Trazia importantes informações sobre a situação de Portugal e da Colônia, a saber: Que em Lisboa havia sido iniciado o movimento de Restauração de Portugal e retomado trono português ao VIII Duque de Bragança, tornando-se D. João IV. Que havia sido acordada entre Portugal e Holanda uma trégua com validade de 10 anos. Que Bento Maciel haveria de permanecer na função de Governador do Estado do Maranhão e que a partir daquele momento, os holandeses deveriam ser considerados amigos e que apenas os espanhóis e os mouros deveriam ser tomados como inimigos.



Armas, e a terceira que já havia se formado, estando sob o comando de Francisco Coelho de Carvalho, e fora enviada para a enseada a fim de verificar o que de fato ocorria.

De acordo com Manuel Ayres de Cazal (1817, p. 255), os holandeses chegaram a São Luís com o pretexto de que haveria de cair um forte temporal e que nessas ocasiões as nações amigas deveriam prestar auxílio aos viajantes. Berredo (1905, p. 7) observaria que a desculpa dada pelos holandeses fora de que, tendo sido violentados por um grande temporal, haviam buscado aquela baía, porque sabiam que a sua República se achava unida aos interesses da Monarquia Portuguesa e que fizeram o desembarque de alguns soldados apenas porque haviam sido provocados pelo hostil recebimento que tiveram da tropa portuguesa, a qual havia lançado fogo contra as naus holandesas. No entanto, não haveria de perceber, ou talvez de acreditar Bento Maciel Parente, que o temporal que se formaria naquelas regiões, além de rebentarem por 27 meses, não ocorreria em alto mar, conforme apontado pelo comandante holandês Jan Corneiliszoon Lichthardt, mas na própria cidade de São Luís.

Foi então que no dia 25 de novembro de 1641, dois mil holandeses comandados por Jan Corneiliszoon Lichthardt e Gedeon Morris, acrescidos de milhares de índios do Ceará, todos divididos em 18 embarcações holandesas, tomaram o Forte da Capital e saquearam as casas dos moradores após aprisionar Bento Maciel Parente e os homens sob seu comando. De acordo com Cezar Augusto Marques (1870), o Governador não tendo como resistir, por não ter meios de defesa, abriu e franqueou as portas da Fortaleza do Baluarte por onde entraram os invasores. Foram também ocupados, nessa ocasião, a Vila de Tapuitapera (Alcântara) e os postos militares da região do Itapecuru (Berredo, 1905, p. 10).

Conta o padre João Filipe Bettendorff (1910, p. 64) que ao saber da chegada dos holandeses em São Luís, os padres da Companhia de Jesus saíram do Colégio às ruas exortando os moradores a que se confessassem pelo que pudesse acontecer, tendo ocorrido de muitos moradores se embrenharem nas matas na tentativa de fugir dos holandeses. Mas conforme outro religioso, o frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres (1891, p. 58), estando os residentes mais carentes de abrigo e comida do que com medo dos invasores, voltaram para suas casas e juraram obediência à Holanda.

Apenas um homem de nome Pedro Dasaes, de origem espanhola, recusou-se a jurar fidelidade à Holanda, dizia ele aos holandeses ser homem de uma só palavra e que a pouco tempo, pelos eventos da *restauração* de Portugal, havia jurado obediência à D. João IV. Portanto, nada o faria desfazer seus votos. Porém, tendo sido condenado à morte na forca, foi sob as lamúrias e súplicas dos padres da Companhia de Jesus e de sua esposa, dona Antônia de



Menezes, portuguesa, que Pedro Dasaes fora perdoado de sua injúria contra os holandeses (Bettendorff, 1910, p. 64).

Para consolidar a hegemonia batava em São Luís, Lichthardt mandou deportar para a Ilha de Madeira cerca de cento e cinquenta portugueses que representavam potencial perigo ao estabelecimento holandês no Maranhão. No entanto, por conta de ventos fortes, aqueles homens acabaram sendo direcionados para as Antilhas. Nesta ocasião, também fora deportado Pedro Maciel Parente que recentemente havia sido nomeado capitão-mor do Grão-Pará por seu tio, o Governador Bento Maciel Parente. Naquela ocasião, Pedro Maciel se dirigia para o Grão-Pará para ocupar sua função. Mas, estando já em Tapuitapera, teve notícias da invasão de São Luís e decidiu-se a retornar com sua tropa, esta composta por 30 soldados e 300 índios. Nessa ocasião, todos aqueles foram incluídos no contingente deportados para a Ilha de Madeira (IHGB, 1891). Diria Berredo (1905, p. 13) que Pedro Maciel ao saber da prisão de seu tio e da invasão à cidade de São Luís, retornou com todas as fazendas de que dispunha, porque levava consigo muitas mercadorias de alguns comerciantes, e entregou-se nas mãos dos holandeses, tomando como exemplo, as ações de Bento Maciel Parente.

O Governador Bento Maciel Parente, que na ocasião da invasão holandesa estava mal quisto pelos moradores por conta de tê-los obrigado a trabalhar na fábrica e reedificação dos muros da Cidade, fora remetido preso à Pernambuco. De lá foi enviado para a Fortaleza do Rio Grande do Norte, na qual não se demorou muito, tendo ido a óbito em poucos dias (no início do mês de fevereiro de 1642). Foi também naqueles dias que o comandante holandês Lichthardt retirou-se do Maranhão, juntamente com o Coronel Anderson e o grosso da tropa holandesa, no dia 31 de dezembro de 1641, deixando no Governo do Maranhão a Pieter Jansz Bas, chamado por Marques (1870), de Pedro Bas “o político”. Bas ficou no comando de 600 holandeses e dos demais índios que vieram do Ceará com Morris (Berredo, 1905, p. 12 e Marques, 1870, p. 340).

A política indigenista holandesa após a conquista de São Luís

Passados os eventos relacionados à tomada de São Luís, o que se desencadeou nos meses seguintes, foi um período de exploração intensa, tanto sobre os portugueses, quanto sobre os índios que habitavam aquela cidade. Após saquear as casas de todos os moradores da cidade e circunvizinhança, uma das primeiras iniciativas do Comando holandês foi tomar posse das fazendas que estavam desprotegidas. Prazeres (1891, p. 59) diz-nos que os portugueses na intenção de suavizarem o jugo imposto a eles pelos holandeses, chegaram a dar suas filhas em casamento aos seus inimigos, mas que nem isso bastou pelo que a cada dia que passavam, ou



seja, mais vexações sofriam. Bettendorff (1910, p. 61) teria notícias alguns anos depois de que os moradores de São Luís haviam passado muitos meses residindo nas igrejas e no Colégio dos padres por conta do temor que se seguiu. Além do terror espalhado, a cidade de São Luís ficara desolada, tornando-se mais pobre do que fora antes dos holandeses.

Não bastando o desterro sofrido pelos cento e cinquenta portugueses que foram enviados para a Ilha de Madeira, gerando uma insatisfação geral por parte de seus familiares, somou-se a isso a opressão representada especialmente pelos altos impostos cobrados pelos holandeses. Dos moradores dos cinco engenhos que havia na região, os holandeses passaram a cobrar o valor de 100 arrobas¹⁹ anuais a cada um. Esses valores seriam utilizados para custear as despesas da guarnição que estava posicionada na Capital (Berredo, 1905, p. 10).

Ainda há de se considerar a condição em que se encontravam e que passaram a viver os índios que residiam no Maranhão. Com a conquista alcançada, os holandeses desenvolveriam uma administração que teria um profundo aspecto econômico e que seguia as diretrizes propostas pela WIC, sob as ordens de seus comandantes na Colônia. Após a conquista do Maranhão, normas e práticas se emaranharam para evidenciar as especificidades holandesas sobre os domínios daquele Estado.

Comenta Mário Neme (1971, p. 189) que depois da conquista de São Luís, permitiu-se a escravização de índios em larga escala, tendo isto sido consentido inclusive por Maurício de Nassau. Os holandeses alegavam não haver escravos negros e que por conta disso se viram obrigados a utilizar o contingente indígena como mão de obra para o trabalho nos engenhos, lavouras e salinas. A segunda justificativa para a escravização dos índios, de acordo com os holandeses, seria o fato de que os indígenas já haviam sido escravizados pelos portugueses e apenas haviam sido tomados para servirem em benefício de seus novos senhores. Esse último pretexto serviu para encobrir a subjugação e muitos outros excessos cometidos contra os índios, independentemente de serem aliados ou inimigos dos holandeses naquela empreitada.

Para completar este quadro de calamidades, uma grande epidemia de varíola que havia se iniciado na Paraíba e em Itamaracá espalhou-se pelo litoral e atingiu o Rio Grande do Norte e o Ceará (Hemming, 2007, p. 430). Tal epidemia teve por consequência uma grande carência de mão de obra, que ligada à interrupção do tráfico de escravos africanos e ao fato de que os holandeses não podiam obter escravos índios através de *entradas* pelo rio Amazonas, obteve como o único caminho o Grão-Pará que ainda estava sob domínio luso. Tudo isso culminou na

¹⁹ Uma Arroba equivale a 14,7kg, o que daria por 100 arrobas, a quantidade de 1.470kg.



única opção viável de se fazer uso compulsório do contingente indígena disponível naquela região.

Gedeon Morris encontrava-se no Maranhão, quando no dia 7 de abril de 1642 escrevera uma carta à Câmara da Zelândia, explicando porque a conquista do Maranhão não correspondera às esperanças por ele dadas. Dizia Gedeon Morris que o Grão-Pará e o rio Amazonas eram os únicos lugares de onde os moradores do Maranhão recebiam suas remessas de escravos, com os quais cultivavam as suas terras e faziam as moendas de seus engenhos. Gedeon Morris também observava que faltando esse fornecimento de escravos e perecendo os índios que estavam em São Luís, os engenhos, no decurso de quatro ou cinco anos, teriam de parar. Morris ainda levava em consideração a grande mortandade que assolava os índios desde a chegada dos holandeses. Afirmava ele que no decorrer de quatro meses haviam morrido de bexiga (varíola) mais de mil índios, entre livres e escravos e que, diariamente, esse número aumentava assustadoramente.²⁰

Hemming (2007, p. 430) observou que os povos indígenas da Ilha de Marajó, em Belém, haviam sido escravizadas pelos portugueses por terem desenvolvido comércio com os holandeses na região do delta amazônico e com a conquista holandesa de São Luís, também haveriam de permanecerem escravos. Os comandantes holandeses teriam inclusive levado muitos índios livres para serem vendidos nas Índias Ocidentais, assim como nas Antilhas e para lutarem ao lado dos holandeses nas conquistas de regiões litorâneas do Estado do Brasil e de possessões portuguesas no litoral africano. Gaspar Barléu (apud Neme, 1971, p. 189) observaria que Maurício de Nassau em Carta enviada ao Governo holandês, em 1642, afirmava ter mantido esses índios na escravidão por não estar a eles obrigado por nenhum benefício que tivessem feito ao Governo da Holanda.

Ao que parece, as práticas de escravização dos indígenas empreendidas pelos holandeses não dialogava com as normativas da Holanda. Tendo conhecimento das práticas desenvolvidas contra a liberdade dos índios no Maranhão, o Conselho dos XIX da Holanda, por Carta de 18 de abril de 1642, declarava aos diretores da WIC e ao Conde Maurício de Nassau ter resolvido e “entendido que *brasiliano* algum que anteriormente tenha sido escravizado pelos portugueses, deveria permanecer em escravidão, mas onde fosse encontrado em tal situação deveria ser posto em liberdade”.²¹ Ainda em 10 de outubro do mesmo ano expediriam nova

²⁰ Carta de Gedeon Morris à Câmara de Zelândia sobre as razões pelas quais os holandeses não tiveram o proveito que Gedeon havia dito que teriam ao conquistar o Estado do Maranhão. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge* (IHGB, 1895, p. 291).

²¹ Em Carta de 18 de abril de 1642 ao Conde Supremo Conselho, se faz menção sobre a escravidão indígena. Em determinado trecho se pode ler: “[...] vimos com desprazer que se empregam os brasileiros há tempos em viagens



ordem para que “os índios e naturais do Maranhão fossem considerados livres”, assim como eram os *brasilianos* e os portugueses (Neme, 1971, p. 190).

Há também indícios de que alguns índios aliados dos holandeses estavam sendo submetidos ao trabalho compulsório nas Salinas da Capitania Real do Ceará desde 1641, quando Gedeon Morris fora enviado para lá. Conforme atesta a Carta do próprio Gedeon Morris, datada de 4 de agosto de 1641, enviada do Forte de São Sebastião, no Ceará, ao Supremo Conselho da Holanda; o auxílio dos índios era fundamental, tanto para as Salinas, para as quais estava planejando levar 150 índios “a fim de pôr o sal a seco”, quanto para distribuir pelas plantações, para que porventura por falta de víveres os holandeses não viessem a sofrer penúrias.²²

Se os índios aliados dos holandeses estavam sendo submetidos ao trabalho compulsório nas lavouras e salinas da capitania do Ceará, não seria difícil de imaginar a situação dos índios na condição de cativos encontrados em São Luís em 1641. Ao que parece as condições dos índios do Maranhão sob o jugo holandês se tornaram tão mais miseráveis que lhes pareceu útil desenvolver alianças com portugueses. As exceções dessa aliança foram os índios aliados dos holandeses desde a tomada da capitania real do Ceará, em 1637. Porém, mesmo estes não seriam ludibriados por muito tempo.

O levante dos subjugados e o início da derrocada holandesa

O forte jugo holandês imposto aos moradores de São Luís perduraria por longos dez meses. Após este período, índios e colonos começariam a articular suas estratégias de reconquista. Diria Bettendorff que “os moradores do Maranhão concordados com os índios da terra, conjuraram para o Capitão-Mor Antônio Muniz Barreiros e deram sobre os holandeses até os lançarem fora de tudo”. Os acontecimentos seguintes a 30 de setembro de 1642 seriam temperados com fortes influências de *estratégias* militares indígenas.

Indígenas e portugueses iniciariam um levante que se prolongaria por dezessete meses. Na noite de 10 de setembro de 1642, invadiram o engenho que havia pertencido ao Ex-Governador Bento Maciel Parente. Aquele estava guarnecido por holandeses. Nisso, atearam fogo aos telhados de palha de todas as casas, matando muitos soldados que ali faziam a segurança. Após essa iniciativa, partiriam para o Forte do Calvário, onde uma guarnição de

longas por mar para lugares de clima diverso do que o que estão acostumados, de modo que se vão reduzindo em número; volta às vezes a quinta parte dos que partiram [...]”.

²² Carta de Gedeon Morris ao Supremo Conselho da Holanda, sobre o contingente indígena a ser utilizado como mão de obra no Maranhão. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge* (IHGB, 1895, p. 283).



setenta soldados holandeses equipados com oito peças de artilharia estava a postos. Os estrategistas indígenas mataram quase todos os holandeses, tendo fugido apenas uma pequena parcela destes por ocasião da intervenção de um padre que acompanhava os levantados. Mesma sorte não tiveram os quarenta holandeses que foram degolados quando se depararam com a milícia do capitão português Antônio Muniz Barreiros, que havia sido avisado sobre a existência daquele agrupamento holandês por um negro que teria fugido da opressão holandesa na cidade de São Luís (Berredo, 1905, p. 23-24).

Após essas investidas, indígenas e portugueses se estabeleceram no Forte de Itapecuru e se não fosse o aviso de alguns índios que estavam pescando por aquelas regiões, teriam sido emboscados por um destacamento de cento e vinte soldados holandeses que já se preparava para atacá-los sob o comando do Capitão Sandalim. Graças aos informes, os insurgentes anteciparam uma emboscada com o auxílio de sessenta portugueses e oitenta índios que haviam se estabelecido no sítio de nome Outeiro da Cruz, região próxima da cidade de São Luís. Desta feita, os holandeses sucumbiram mais uma vez. Ao serem pegos de surpresa, foram mortos o capitão Sandalim e muitos de seus soldados, restando apenas seis que teriam fugido para os matos, sendo posteriormente alcançados pelos índios. Dos portugueses teriam sucumbido dois (Berredo, 1905, p. 28).

No dia 2 de janeiro de 1643, chegaria junto aos insurgentes que já estavam acampados nas redondezas de São Luís, um destacamento vindo do Grão-Pará com quatro quintais de pólvora e uma pequena quantidade de balas. Esse material pertencia a uma guarnição composta por cento e treze soldados portugueses, comandados por Pedro Maciel Parente e João Velho do Vale, ambos sobrinhos do falecido governador Bento Maciel Parente. Faziam também parte do destacamento setecentos índios comandados por suas lideranças. Estes, eram os índios de maior destaque no Grão-Pará. Fora também nestes tempos que o Capitão-mor Antônio Muniz Barreiros caiu gravemente enfermo, substituindo-o no comando das milícias o capitão-mor Antônio Teixeira de Mello. Somados ao destacamento que estava acampado, era possível contar um contingente de mais ou menos quinhentos portugueses e mais de mil indígenas.

Com estes homens, Antônio Teixeira tentou invadir o Forte de São Filipe, e o teria feito se não fosse por contradições internas e porque no tardar de sua decisão, perdeu a oportunidade. No dia 15 de janeiro de 1643, fora a vez de chegarem reforços aos holandeses que estavam acampados naquele forte. A bordo de um navio, duas barcas e cinco lanchas sob o comando de um capitão holandês chamado Koin Henderson, um destacamento de setecentos e



setenta holandeses e quase mil índios que haviam partido de Pernambuco, chegou para engrossar o contingente militar holandês (Berredo, 1905, p. 39).

Chegando a São Luís, quis o capitão Koin Henderson, logo no outro dia pela manhã, investir contra os portugueses e indígenas que sitiavam a Capital. Saio então da Fortaleza com cerca de oitocentos soldados e mais oitocentos índios e encontrando as sentinelas dos portugueses descuidadas, tomou-as e os fez fugirem para os matos. Perseguido-os até a Região da Vila do Carmo, os holandeses foram surpreendidos pelos índios e portugueses que ali estavam acampados e houve um intenso confronto, em que o lado holandês teve baixa de nada menos que cento e sessenta homens, a maioria deles índios; já o lado português teve baixa de três portugueses e sete índios. Na noite seguinte, morreu Antônio Muniz Barreiros e Antônio Teixeira foi consolidado como capitão-mor do Maranhão.

Outros militares portugueses também se destacaram nessas batalhas. O capitão Paulo Soares de Avelar ficou conhecido nessa guerra por comandar um destacamento de cento e sessenta soldados ao lado de várias lideranças indígenas que comandavam grandes grupos de guerreiros. O capitão João Vasco também comandava uma guarnição de trinta soldados e cem índios que lutaram ao seu lado e conquistaram todas as batalhas que empreenderam, assim como a guarnição de Paulo Soares de Avelar (Berredo, 1905, p. 40 e 48). Esses capitães seriam, num futuro muito próximo, a conexão entre a Coroa Portuguesa e as lideranças indígenas dos Domínios do Norte (Fernandes, 2015).

Na noite de 25 de janeiro, Antônio Teixeira, já carente de munições, decidiu rumar para a região de Tapuitapera com as pessoas menos capacitadas para a guerra,²³ deixando no sítio de Outeiro da Cruz uma emboscada à espera dos inimigos. O governador holandês do Ceará, Jacob Evers, que havia chegado a São Luís com os índios tapuias do Camocim²⁴ e de outras regiões do Ceará, saiu da Fortaleza de São Filipe com um destacamento de trinta soldados e cento e cinquenta índios a procura daqueles insurgentes, os quais pareciam ter se retirado das redondezas da cidade (Brigido, 1900, p. 16).

Distanciando-se da Fortaleza, os holandeses chegaram até a emboscada armada pelos portugueses e indígenas. Nesta ocasião, foram mortos todos os soldados holandeses e uma grande quantidade dos índios que com eles estavam tiveram as vidas ceifadas. Os armamentos conseguidos com tamanha vitória portuguesa sobre esse destacamento foram apresentados a

²³ Bettendorff (1910, p. 61) teria notícias de que o padre da Companhia de Jesus Benedito Amodei estava sublevado com Antônio Teixeira e que era responsável por cuidar das mulheres e das crianças “enquanto os homens faziam suas saídas, ou emboscadas, ou assaltos de guerra”. É provável que os menos capacitados mencionados fossem estas mulheres, crianças, soldados e índios feridos nos conflitos.

²⁴ De acordo com Prazeres (1981 p. 71), o Camocim desagua 7 léguas ao sol poente em Jericoacoara.



Antônio Teixeira de Mello, que ouvindo sobre as notícias e sobre o pouco sangue derramado do lado português, novamente se animou a lutar contra os holandeses e os índios a eles aliados. Após estas campanhas, dissensões e desolações tomaram conta daquela região.

Ao perceberem o êxito das guerrilhas insurgentes, os holandeses acenderam suas iras em direção aos colonos que ainda residia na cidade. O comandante holandês permitiu que os soldados saqueassem outra vez as casas dos moradores e lançassem suas mulheres nuas, fora da cidade. Entregaram ainda vinte e cinco colonos aos índios do Ceará que deles se utilizaram em seus rituais. Para potencializar a retaliação, enviaram para Barbados cinquenta portugueses para serem vendidos como escravos aos ingleses. Afirma Berredo (1905, p. 44) que ao verem “tamanho absurdo”, os ingleses exortaram aos holandeses para que libertassem os ditos portugueses, o que eles fizeram sob grande pressão.

A escassez de recursos militares obrigou os portugueses a passarem alguns dias sem investir contra as forças holandesas. Antônio Teixeira mais uma vez desfalecia, quando em fins de março, chegaram reforços portugueses pelas mãos do capitão Antônio de Deus, com cinco quintais de pólvora, munições e balas vindos da cidade de Belém. No entanto, seu destacamento já havia sido reduzido ao número de sessenta soldados portugueses e duzentos índios por conta das deserções de Pedro Maciel Parente e de seu primo João Velho do Valle que haviam retornado para o Grão-Pará com muitos portugueses e não pouca quantidade de índios (Berredo, 1905, p. 45).

Em outro confronto, no mar, destacaram-se oito portugueses e cinquenta índios que lutaram contra vinte e sete holandeses, vencendo-os e tomando a lancha em que estavam. No dia 7 de agosto, foram enviados pelo comando holandês sessenta soldados e cem índios para interceptarem uma guarnição portuguesa comandada pelo capitão Manoel de Carvalho, composta por quarenta soldados e cem índios que rodeavam a ilha do Maranhão. Sendo interceptados pelos holandeses, os homens sob o comando de Manoel de Carvalho foram recuando e cedendo terreno até chegarem a um lugar propício à resistência, onde tornaram a investir contra os holandeses, matando uns e levando outros à fuga. Comenta Prazeres (1891, p. 69) que os que fugiram para os matos foram mortos pelos índios ou devorados pelas feras.

Muitas outras batalhas ocorreram no decorrer do ano de 1643. Uma das estratégias utilizadas pelos índios e portugueses, além das táticas de guerrilha, foi a queimada de qualquer fazenda ou recursos alimentares (como fruteiras) que poderiam ser úteis aos holandeses. Depois de outros sucessos, Antônio Teixeira de Mello enviou no mês de outubro de 1643, um destacamento de trinta soldados sob o comando do índio Principal Sebastião, com a missão de



lançarem fogo em todas as árvores frutíferas das redondezas da cidade para que não pudessem servir de mantimento aos holandeses.

Passados três meses dessa ocorrência e vendo-se sitiados pelos portugueses e sem recursos para continuarem no Forte de São Filipe, no dia 28 de fevereiro de 1644, os holandeses, que ao todo já somavam apenas quinhentos soldados, entraram em uma embarcação que havia aportado na praia de Araçagi, próxima ao Forte de São Felipe, com fins comerciais e rumaram para a capitania de Pernambuco. De todos os aliados indígenas dos holandeses, havia sobrado apenas oitenta deles e eles também fugiram junto com os holandeses naquela embarcação (Berredo, 1905, p. 69).

A derrocada final dos holandeses pelos índios da Capitania Real do Ceará

O dia 28 de fevereiro de 1644 é geralmente tomado como o dia da expulsão dos holandeses do Maranhão. De fato, se considerarmos que aquele Estado se resumia a sua capital, São Luís, esse deve ser o ponto alto da derrocada holandesa. No entanto, há de se considerar que havia ainda a Capitania Real do Ceará, que mesmo após a saída dos holandeses da cidade de São Luís, ainda permaneceria sob o domínio holandês. Então qual acontecimento melhor marcaria o fim da presença holandesa no Estado do Maranhão?

Muitos dos índios que saíram da Capitania Real do Ceará para lutar ao lado dos holandeses contra os portugueses em São Luís morreram em combate. As cifras sobre a quantidade de índios do Ceará que pelejaram nesta guerra ainda permanece incerta, mas podemos deduzir pelos registros que comparam a quantidade de soldados e a quantidade de índios que estes últimos estavam em maior número. Mas o fato de haver uma grande quantidade de índios lutando ao lado dos holandeses, não significa que o faziam somente pela vontade de expulsar os portugueses. Da mesma forma que os índios aliados dos portugueses não lutavam apenas para expulsar os holandeses. Havia muitos outros interesses em jogo. Aquele relacionados ao acesso às manufaturas europeias era evidente.

Diferente da situação ocorrida em 1637, em que alguns índios do Camocim ofereceram ajuda aos holandeses na tomada da Capitania Real do Ceará, as novas situações cotidianas e vividas entre índios e holandeses não parecia repetir aqueles primeiros anos em que haviam firmado fortes alianças para subjugar os portugueses (Fernandes, 2015). Ao que parece, antes mesmo de partirem da Capitania Real do Ceará para tomar a Cidade de São Luís, em 1641, aqueles índios já estariam sendo utilizados compulsoriamente para o trabalho nas salinas do Ceará. Em carta enviada de São Luís, por Gedeon Morris, datada de 7 de abril de 1642, constava



que antes de deixarem a Capitania Real do Ceará os índios haviam preparado carga de sal suficiente para encher quatorze navios.²⁵ Desse modo, a situação dos índios do Ceará que lutaram na conquista de São Luís, não era das melhores. Mesmo quando ainda estavam no Ceará, as promessas feitas pelos holandeses para que lutassem em São Luís pareciam não estar sendo cumpridas.

Em carta enviada ao Conde Maurício de Nassau e ao Conselho Supremo do Brasil, datada de 23 de abril de 1643, Gedeon Morris alertava aquele governo para o fato de que desde 8 de janeiro daquele ano, os holandeses estariam sendo servidos em São Luís e de “quase todos os índios do Ceará”. Comentava ainda que aqueles índios, constantemente solicitavam licença para irem visitar suas mulheres e filhos que estavam no Ceará. Outra das reivindicações daqueles índios, de acordo com Gedeon Morris, era de que fossem pagos os serviços prestados, o que em parte ele havia feito. No entanto, afirmava que o Armazém não dispunha de produtos para distribuir aos índios. Solicitava então às “altas nobrezas” que enviassem sem falta, na primeira oportunidade, o resto do pagamento, de acordo com o que havia sido acordado com aqueles índios. Finalizava seu pedido observando ser muito necessário pagar os serviços dos índios para que pudesse mantê-los dedicados e obedientes às ordens das “altas nobrezas”, assim como isto poderia servir de exemplo para atrair os índios até então inimigos.²⁶

Além desses atrasos e inconsistências, Gedeon Morris apontava que, muitas vezes, o estado em que se encontrava o Armazém do Forte não permitia aos índios receberem a devida alimentação, de sorte que, muitas vezes, teve “de alimentá-los com boas palavras”. Afirmava Morris que, apesar de terem prestado valioso serviço à WIC, desde 1º de abril de 1643, os índios do Ceará estavam sendo obrigados a cultivar setecentos e dez alqueires de farinha²⁷, além de fazerem o seu próprio serviço de soldado e produzir a sua própria alimentação. Denunciava ainda o capitão que o comandante holandês chamado de Johannes Maxwell, havia sido enviado com dez índios do Ceará, vinte índios de São Luís e dez brancos para pescar peixes-boi na Ilha de São João, que ficava a dezoito léguas²⁸ a oeste de São Luís, e havia seguido com aquelas pessoas para a Ilha de Barbados, onde provavelmente os teria vendido como escravos. Sugeriu então Gedeon Morris que as autoridades enviassem a Johannes Maxwell, por carta, aviso para

²⁵ Carta de Gedeon Morris à Câmara de Zelândia de 7 de abril de 1642. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge* (IHGB, 1895, p. 267).

²⁶ Carta de Gedeon Morris ao Conde de Nassau e ao Conselho Supremo do Brasil, em 23 de Abril de 1643. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge* (IHGB, 1895, p. 311-315).

²⁷ Um Alqueire equivale a 36,3kg, portanto, 710 alqueires equivaleriam a 25.773kg de farinha.

²⁸ Uma Léguas equivale a um espaço compreendido entre 5.555 e 6.000 metros.



que retornasse com aqueles índios e restituísse suas liberdades, “pois os amigos muito lamentavam, e poderia isto dar causa a maiores desgostos entre eles”.

Ainda nesta carta, comentava Gedeon Morris que o Comandante da Tropa holandesa e o Governador Pieter Jansz Bas haviam lhe comunicado, no dia 15 de abril daquele ano, que os índios não poderiam receber a alimentação proveniente do Armazém, mas que antes deveriam fazer farinha para eles mesmos e fornecer alimentação para toda a guarnição que se encontrava no Forte de São Filipe. Tais situações dão mostra de que as condições em que se encontravam os índios do Estado do Maranhão não haviam melhorado, mesmo após muitos indígenas se aliarem aos holandeses na conquista daquele Estado (Fernandes, 2015). Ao que parece, as autoridades holandesas reconheciam a necessidade do apoio dos índios, mas muitos daqueles holandeses que conviviam com eles, pensariam em subjugar-los.

Gedeon Morris retornaria para a Capitania Real do Ceará em novembro de 1643, deixando seu destacamento de índios na defesa do Forte de São Luís e no cultivo da mandioca. Chegando ao Ceará, constataria que a situação dos índios naquela Capitania também era muito delicada. Mário Neme (1971, p. 193) observou que enquanto Gedeon Morris, que parecia ser um líder estimado pelos indígenas, ficara ausente daquela Capitania entre os anos de 1641 e 1643, os índios que se aliaram aos holandeses naquela região ficaram sujeitos aos excessos de feitores e soldados que se utilizavam de medidas violentas na proporção em que a escassez de alimentos e a falta do pagamento devido aos trabalhos desenvolvidos pelos indígenas tornavam-se os maiores problemas daquele lugar.

O resultado desta lastimável situação foi que entre novembro de 1643 e fevereiro do ano seguinte, os índios do Ceará declararam guerra aos holandeses, tendo como ápice daquelas manifestações de insatisfação a retomada do Forte do Ceará. Na ocasião, os índios do Ceará degolaram todos os holandeses que estavam na guarnição, inclusive o próprio Gedeon Morris que lá já havia chegado de São Luís. Na Ata da Seção do Conselho Supremo, datada de 21 de março de 1644, o Conde Maurício de Nassau e seus companheiros de governo reconheciam:

Como de todas as circunstâncias (conhecidas) não podemos outra coisa inferir senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação, originaram-se do mau tratamento que lhes deram e, sobretudo de não terem sido devidamente pagos dos seus serviços no trabalho das salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes, conquanto tivéssemos enviado de quando em quando para esse fim, panos e outras mercadorias, bem como recomendado que mantivesse



os índios em boas disposições, tratando-os cortesmente e pagando-lhes os serviços.²⁹

Para solucionar os problemas que os soldados holandeses tiveram com os índios da Capitania Real do Ceará, as recomendações do Conselho Supremo do Brasil eram de que se mandasse para São Luís quatro mil varas³⁰ de pano de Osenburg para que os índios que ali estivessem fossem plenamente pagos e para que assim pudessem ficar satisfeitos. Além disso, deveria ser concedida licença para qualquer índio que a solicitasse a fim de visitar suas mulheres e filhos no Ceará.

A estratégia holandesa serviria para manter os ânimos e irritações dos índios sob controle. Para tanto, seria necessário que os índios que estavam no Ceará vissem seus conterrâneos retornando de São Luís com benesses, para que novamente tornassem a viver em paz e voltassem a reconciliar-se com os holandeses.³¹ No entanto, as decisões daquele Conselho sobre este assunto foram tomadas tarde demais. As notícias sobre a reconquista do Ceará pelos indígenas já haviam chegado a São Luís e a derrocada holandesa estaria perto de se concretizar.

Ainda em fins de fevereiro de 1644, conforme observado anteriormente, os holandeses deixariam São Luís acompanhados de oitenta índios do Ceará. De acordo com Berredo (1905), ao chegarem à região do Camocim, os holandeses lançaram à praia, os índios que haviam lutado ao lado deles no Maranhão. Com essa atitude, os holandeses lançaram à própria sorte nas mãos dos indígenas. Nas palavras de Berredo (1905, p. 70):

Logo que a tirania das armas holandesas se estabeleceu na Capitania do Maranhão, chamou muitos tapuias de toda a costa do Ceará até o rio Camocim, que já lhe obedeciam; e como os poucos que salvaram as vidas (porque mais de quinhentos as sacrificaram no seu serviço) tiveram só por prêmio do muito sangue, que derramaram nele, o de os lançarem nas desertas praias do mesmo Camocim, setenta léguas da povoação de São Luís. Ofendidos desta ingratidão, tratariam de vingá-la.

E começariam essa vingança invadindo um pequeno reduto holandês que estava localizado naquele mesmo sítio do Camocim, onde haviam sido lançados à praia. Entrando de surpresa naquela fortificação, mataram todos os holandeses que lá estavam guarnecidos. Após esta demonstração de injúria, rumaram para a Fortaleza de Jericoacoara, localizada a dez léguas mais acima do Camocim. E ao invadi-la, mataram todos os holandeses que lá estavam

²⁹ Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge (IHGB, 1895, p. 317).

³⁰ Uma Vara equivale a 1,10m logo, 4.000 varas equivaleriam 4.400 metros de pano.

³¹ Carta de Gedeon Morris ao Conde de Nassau e ao Conselho Supremo do Brasil. em 23 de Abril de 1643. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge* (IHGB, 1895, p. 318).



acampados. Após as reconquistas, rumaram para a Fortaleza do Ceará, localizada a cem léguas de onde haviam sido deixados pelos holandeses.

Ao chegarem à fortaleza, os oitenta indígenas organizados com suas lideranças intentaram invadi-la e matar todos os soldados holandeses que a guarneciam. Mas, ao perceberem que a dita fortaleza já havia sido retomada pelos seus parentes, na ocasião em que foi morto Gedeon Morris, se regozijaram. Esses índios também tiveram notícias daqueles que já estavam no Forte, ou seja, de que a embarcação em que estavam os holandeses (e que os havia abandonado na praia do Camocim) chegara em Fortaleza sem saber que os índios a haviam tomado. De acordo com Brigido (1900, p. 17), os índios rebelados contra os holandeses no Ceará receberam aquela embarcação vinda de São Luís, enganosamente matando ao comandante Pieter Jansz Bas e quase todos os que nela havia.

Após reconquistarem a capitania do Ceará das mãos dos holandeses, os indígenas enviaram notícias ao capitão português Antônio Teixeira. Este, estabelecido em São Luís mandou guarnição para a Fortaleza do Ceará. Observou Berredo (1905, p. 71) que ao saber dos grandes feitos dos índios do Ceará e sobre suas vitórias na expulsão dos holandeses, a primeira iniciativa que Antônio Teixeira teve foi enviar o capitão de infantaria João Vasco para Lisboa, a fim de que comunicasse à Corte todas as notícias da reconquista do Estado do Maranhão. Este capitão não deixaria passar despercebido o fato de que era necessário reconhecer a importância dos índios naquela guerra e que mais necessário ainda era beneficiá-los de alguma forma para que estes estivessem sempre disponíveis para lutar ao lado dos portugueses.

O êxito da reconquista e o reconhecimento dos *índios Principais*

Até aquele momento, os índios que lutaram na dita guerra haviam sido mencionados pela coletividade de seus grupos. Raros foram aqueles, como o índio Principal Algodão, aliado dos holandeses, e o índio Principal Sebastião, aliado dos portugueses, que seriam mencionados nos registros individualmente. No entanto, conforme observaremos, essas atitudes em relação aos índios principais mudaria. Pelo menos é o que podemos considerar entre os anos de 1637 e 1667. Muitos deles se destacariam no decorrer daquela guerra e passariam a ganhar prestígio político e militar à medida que conseguissem articular alianças neste novo campo de possibilidades dos anos seguintes às reconquistas.

Em relatório enviado pela Câmara da Cidade de São Luís ao rei D. João IV, datado de 3 de agosto de 1644, os portugueses do Maranhão, com seu representante, Capitão Antônio Teixeira, desenvolveriam um minucioso esquema descritivo sobre a traição dos holandeses aos



acordos de paz e tréguas assinados por Portugal e Holanda; bem como a expulsão dos holandeses da cidade de São Luís com a ajuda das lideranças indígenas e de seus guerreiros. Nos cinco documentos que continham essas detalhadas informações, todos faziam menção ao apoio obtido dos indígenas na reconquista do Maranhão. Havia também uma relação de nomes de pessoas que participaram daquela guerra e uma representação do Capitão João Vasco em que destacava os serviços prestados pelos indígenas e listava as lideranças que haviam se aliado com “grande zelo” à Coroa Portuguesa.³²

Consta numa representação que o capitão de infantaria João Vasco, tendo chegado à Corte de Lisboa com avisos do Maranhão, descrevia ao rei D. João IV como os *índios principais* do Estado do Maranhão foram fundamentais na redução e expulsão dos holandeses da cidade de São Luís. Afirmava ainda, que aquelas lideranças indígenas mereciam do Rei, por sua “Real grandeza”, que os honrasse e fizesse mercê, pois seria interessante mantê-los “obrigados” no serviço da Coroa, para que assim pela imitação deles se aliassem muitos outros. Na dita representação estavam listados os nomes dos principais de São Luís que haviam lutado naquela reconquista, dentre eles: o índio Principal Bastião Gayagaca, que provavelmente seria o mesmo índio Principal Sebastião; este enviado por Antônio Teixeira para queimar as fruteiras no entorno da Fortaleza de São Luís por ocasião da guerra. E o principal, Francisquo Yubaqua; Principal Visente Tapinambá; Principal Tapahia (primeiro nome ilegível na documentação); Principal Jacaretinga e o Principal Poro Tapahia da região de Sergipe (o qual não se sabe como veio a lutar ao lado dos portugueses no Maranhão. O mais provável é que tenha desertado dos holandeses). Concluía João Vasco dizendo que cada um dos Principais mencionados governava sua própria aldeia e que eram índios “de muita confiança³³.”

João Vasco aproveitaria aquela ocasião para mencionar que tendo os índios da Capitania Real do Ceará procedido valorosamente ao retomar a Fortaleza que estava ocupada pelos holandeses e que não tardaram em enviar as notícias dessas boas novas aos portugueses que estavam em São Luís, mas pelo contrário, recebendo-os na dita Fortaleza, deveria o rei D. João IV também mandar honras e mercês a eles. Assim, listaria seus nomes: Principal Yacoruna Merim, Principal Tapacatim da Serra e Principal Ocubuacanga de Jericoacoara. Afirmava João Vasco serem estas as lideranças indígenas do Ceará aliadas aos portugueses e dos quais teve notícias de outras lideranças aliadas.³⁴

³² Arquivo Histórico Ultramarino – Maranhão – 158 [1644, agosto, 3, São Luís] Carta da Câmara da Cidade de São Luís do Maranhão ao rei D. João IV, sobre a traição dos holandeses aos acordos de paz e tréguas estabelecidas e a sua expulsão de São Luís do Maranhão com a ajuda dos índios da região.

³³ Arquivo Histórico Ultramarino – Maranhão – 158 [1644, agosto, 3, São Luís].

³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – Maranhão – 158 [1644, agosto, 3, São Luís].



Os portugueses tinham conhecimento das razões que levaram muitos índios a se aliarem aos holandeses. Sabiam também que para mantê-los como aliados seria necessário cumprir algumas das suas solicitações. Para que não perdessem a oportunidade dada pelos índios, os portugueses passariam a agraciá-los com honras e mercês, não somente para reconhecê-los pela inestimável ajuda que tiveram na expulsão dos holandeses, mas principalmente para preservar a sensível aliança retomada entre eles e os índios naquele imbricado jogo de forças resultante da nova conjuntura político-militar do Estado do Maranhão após 1644.

Aos índios moradores daquele Estado, a necessidade de se desenvolver alianças com as nações europeias se relacionava ao fato de que as novas realidades dos espaços coloniais sempre requeriam alianças e inimizades com uma ou outra dessas nações. Mas ao que parece, a principal razão dessas alianças estava relacionada à necessidade desses índios em terem acesso aos produtos europeus, principalmente no que dizia respeito ao material bélico e ferramentas de uso cotidiano. Hemming (2007, p. 430) observaria que “os índios não viam nenhuma vantagem em passar para o poder holandês e não vendo diferença entre as duas potências coloniais, apoiaram o lado que parecia estar vencendo”.

Por não deter a técnica da metalurgia e de produção de outros artefatos bélicos, tais como pólvoras, munições e armas de fogo, os índios recorriam ao auxílio das nações europeias no fornecimento desses produtos. Por consequência da interação desses indivíduos, os espaços de sociabilidades criados também transformariam os indivíduos que os compartilhavam. A partir desses acontecimentos, novas identidades foram sendo forjadas. Fruto dessas novas experiências cotidianas, os chamados chefes indígenas, *índios principais* ou lideranças indígenas transformaram-se na medida em que foram levados a se adaptar a esse novo cotidiano. A *interação* com diferentes grupos europeus, especialmente através de alianças militares conformaram as bases que consolidaram o papel desempenhado pelas lideranças indígenas na reconfiguração dos Domínios do Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, João Lúcio d'. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Pará, Tipografia de Santos, 1838.
- BARLÉU, Gaspar. O Brasil holandês. Cf. NEME, Mário. **Fórmulas políticas no Brasil holandês**. Coleção: Corpo e alma do Brasil. ed. da Universidade de São Paulo, 1971.



BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes Históricas do Estado do Maranhão**. Vol. II, 3ª ed. Tipografia Florença. 1905.

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Tomo LXXII, Parte I; Rio de Janeiro, 1910.

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Maranhão (1624 – 1654). São Paulo: Companhia editora nacional, 1961. In CARDOZO, Alírio. **Notícias do Norte**: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII). Nuevo Mundo Mundos Nuevos [em ligne], Débats, mis em ligne le 07 de novembre 2008, consulté le 28 novembre 2014. URL: <http://nuevomundo.revue.org/43703>.

BRIGIDO J. **Ephemerides do Ceará – 1ª época**: da conquista e povoamento do Ceará até sua ocupação pelos holandeses. Revista Trimestral do Instituto do Ceará – Sob a direção do Barão de Studart. Ano XIV – Tomo XIV; 1º e 2º Trimestres, Fortaleza, 1900.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. **Índios Cristãos**: poder, magia e religião na Amazônia Colonial. Curitiba: CRV, 2017.

CAZAL, Manuel Ayres de. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfico do Reino do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro; Imprensa Régia, 1817.

FERNANDES, Fernando Roque. **O teatro da guerra**: índios principais na conquista do Maranhão (1637-1667). Dissertação defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM. 2015.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil holandês**: correspondências com os Estados Gerais. 2ª ed. – Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2006.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho**: a conquista dos índios brasileiros / John Hemming; Tradução de Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I**: A época colonial – do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro; ed. Bertrand Brasil, 1997.

HULSMAN, Lodewijk A. H. C. **Escambo e Tabaco**: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). Texto apresentado no IV Encontro Internacional de História Colonial. Belém: de 3 a 6 de setembro de 2012.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: História Social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão, 1870.

MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão: 1641 – 1644**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991.



MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Luís – Maranhão; Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Coautoria de O Brasil no Tempo dos Filipes. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial – do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro; ed. Bertrand Brasil, 1997.

MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará**. Tipografia do Comércio, de Brito e Braga. Rio de Janeiro, 1860.

NEME, Mário. **Fórmulas políticas no Brasil holandês**. Coleção: Corpo e alma do Brasil. ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

PRAZERES, FreiFrancisco de Nossa Senhora dos. **Poranduba Maranhense, ou Relação Histórica da Província do Maranhão**. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 54, pt. 1. 1891.

RABELO, Lucas Montalvão. **A Representação do Rio 'das' Amazonas na Cartografia Quinhentista: entre a tradição e a experiência**. Dissertação defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM. 2015.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina**. 2 ed. Manaus: EDUA, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 37. In MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão: 1641 – 1644**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991.

WRIGHT, Antônia Fernanda P. de Almeida e MELLO, Astrogildo Rodrigues de. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial – do descobrimento à expansão territorial (O Brasil no Período dos Filipes)**. Rio de Janeiro; ed. Bertrand Brasil, 1997.